

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO ‘ENSINO REMOTO’ DE FORTALEZA NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID – 19.

Eveline Ferreira Feitosa¹

Patrícia Martins da Silva²

Adna de Jesus Lima Brito³

Josefa Jackline Rabelo (*Professora Orientadora*)⁴

Resumo

Este artigo trata das problemáticas sobre o trabalho docente e as práticas pedagógicas nas atividades remotas decorrente da Rede de Ensino Municipal de Fortaleza em contexto da Pandemia Covid-19, apresentamos os meios como ocorrem às atividades de ensino na Rede. Os desafios dessa forma de ensino, diante a limitação de recursos por parte dos educadores e dos educandos. Adequação e inclusão das atividades para os educandos realizarem a distância. E quais são as reverberações para a educação. Pretendemos assim promover uma reflexão acerca da educação pública nesse contexto de pandemia. Considerando os fatores sociais que influenciam a prática docente e a aprendizagem dos alunos. A pesquisa tem duas vias metodológicas: a documental quando analisamos documentos oficiais que amparam o ensino remoto neste período de pandemia e a entrevista realizada com uma professora da Rede, buscando assim formar um panorama desse cenário educacional. Como aporte teórico nos ancorados na base marxiana sobre o ser social e o complexo da educação. Com suporte teórico dos autores: Marx, Lukács, Tonet, Antunes, Mészáros, Jimenez.

Palavras-chaves: Atividades remotas; Pandemia Covid-19; Rede de Ensino Municipal de Fortaleza.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS CON LA ENSEÑANZA REMOTA EN FORTALEZA EN EL CONTEXTO DEL COVID PANDÉMICO - 19.

Resumen

En este artículo se aborda la problemática sobre el trabajo docente y las prácticas pedagógicas en actividades remotas resultantes de la Red Municipal de Educación de Fortaleza en el contexto de la Pandemia Covid-19, presentaremos los medios de las actividades docentes en la Rede. Los desafíos de esta forma de enseñar, dados los recursos limitados por parte de educadores y estudiantes. Adecuación e inclusión de actividades para que los alumnos las realicen a distancia. Y cuáles son las repercusiones para la educación. Pretendemos promover una reflexión sobre la educación pública en este contexto pandémico. Considerando los factores sociales que influyen en la práctica docente y el aprendizaje de los estudiantes. La investigación tiene dos enfoques metodológicos y documentales cuando analizamos los documentos oficiales

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). E-mail: eveline.feitosa@aluno.uece.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: patriciamartinss@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: adna.lima12@gmail.com

⁴ Professora Titular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: jacklinerabelo@gmail.com

que sustentan la educación a distancia en este período de pandemia y la entrevista realizada a un docente de la Red, buscando así formar un panorama de este escenario educativo. Como aporte teórico, nos anclamos en la base marxista del ser social y el complejo educativo. Con la ayuda de los autores Marx, Lukács, Tonet, Antunes, Mészáros, Jimenez.

Keywords: Actividades remotas; Pandemia de COVID-19; Rede Municipal de Educación de Fortaleza.

Introdução

No presente trabalho realizamos um exame crítico sobre o trabalho docente e as práticas pedagógicas com o ensino remoto no contexto da Pandemia do Covid-19. Veremos os meios como ocorrem às atividades de ensino e aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Assim como veremos os desafios que esse período lançou sobre a Educação. Em meio à necessidade de distanciamento físico na tentativa de diminuir a proliferação do Coronavírus, o ensino que era presencial passou a ser por meio remoto, ou seja, virtual usando os meios tecnológicos para poder acontecer. As aulas remotas tem o objetivo de oferecer a continuidade da escolarização as crianças, jovens e adultos, por meio de ferramentas tecnológicas à distância. Essa pesquisa realizou-se por intermédio da disciplina de estágio, quesito obrigatório para os alunos da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os graduandos também tiveram seus estágios alterados devido a Pandemia, o que antes aconteciam em sala de aula na forma presencial, teve que ser modificado para o modelo à distância, onde os alunos realizaram acompanhamento e pesquisa com professores da Rede Pública de Ensino do município de Fortaleza, observando, acompanhando e entrevistando esses profissionais sobre a “nova” realidade de ensino remoto. Seguindo a rotina pedagógica percebemos que normalmente, as atividades são encaminhadas a turma pela professora, no mesmo horário da aula presencial, via aplicativo WhatsApp. Dessa forma o profissional procura manter sua rotina e carga horária de trabalho. Levantamos alguns questionamentos: será que este acompanhamento é adequado para todos os públicos da educação? Será que esses meios digitais são inclusivos? As atividades são viáveis a serem realizadas a distância? Buscamos debater estas questões a luz do saber teórico de Marx, Lukács, Tonet, Antunes, Mészáros, Jimenez ancorados na base marxiana sobre o humano e a educação.

Realizamos a contextualização dessa realidade do ensino remoto, com a realidade social contemporânea, a fim de conectar as desigualdades sociais e seus reflexos na Educação Pública. A educação a distância já é praticada há anos em vários segmentos de ensino e se tornou a tendência do momento, com o objetivo de dar continuidade ao ano letivo em meio às

restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Com a suspensão das aulas presenciais, por meio do Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, assinado pelo Governador Camilo Santana, que suspendia as aulas presenciais e, pelo Ministério da Educação, em caráter excepcional, divulgou uma Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de Pandemia do novo coronavírus. A medida é válida tanto para Universidades Federais, faculdades privadas e outras unidades de ensino de cunho público ou privado.

Este trabalho justifica-se como etapa obrigatória para a graduação em Pedagogia, no qual são exigidos os estágios docentes, mas que nesse ano de 2020 teve sua metodologia alterada devido a Pandemia do Covid-19 que modificou a organização da educação, passando da forma presencial para a forma a distância (virtual/on-line). Em virtude da necessidade de isolamento social, para a não proliferação e contaminação com o coronavírus viu-se a necessidade de dar continuidade às atividades educacionais de diferentes níveis de ensino. Além de problematizar a inclusão digital e das atividades realizadas neste formato remoto, diante as limitações instrumentais e cognitivas por parte de educandos e educadores.

O estágio a docência e a pesquisa aconteceram utilizando os recursos virtuais: Meet e WhatsApp, organizou-se em uma metodologia construída coletivamente pelos professores e alunos visando a manutenção da saúde, mas também, o não prejuízo da formação. Foi pensando no plano das atividades educativas emergenciais de estágio que nos permitiram analisar de forma crítica a função social da escola sob a perspectiva da organização social vigente. Examinar a política de educação no Brasil no contexto de crise estrutural do capital. Utilizamos também os fundamentos da psicologia histórico-cultural e o ensino público no Brasil, para construir um pensamento crítico. Observamos a relação educação e sociedade no contexto de crise sanitária e social global do Covid-19. Assim pretendemos diagnosticar e acompanhar as atividades educativas escolares, mediante observação participante e colaborativa do planejamento, execução e avaliação do ensino remoto, desenvolvido pelos professores do município de Fortaleza.

Educação e Capital em tempos de Pandemia.

Vivemos numa sociedade determinada pelas relações de mercado à luz da globalização neoliberal, nela a educação sofre diversas adaptações para atender aos interesses do Capital que, para Tonet (2012) gera uma inadequação do que antes era a educação – direito da humanidade – e agora imprime um caráter cada vez mais mercantil. Assim, os mecanismos

de dominação política e ideológica se afirmam baseados na dinâmica do mercado, ou seja, a partir da lógica do Capital.

A crise que estamos vivenciando é anterior ao Coronavírus. Contudo, ela está levando a humanidade a um grau de devastação imenso, uma vez que é regida por um novo vírus, que agrava e ativa velhos problemas, tornando mais latentes questões sociais e estruturais já existentes regidas pela dinâmica dominante. Permeado na negação de direitos básicos de vida, o sistema de controle social vigente se posiciona com mais agressividade, e gera segundo Tonet (2012) “o enorme agravamento dos problemas sociais de toda ordem: miséria, pobreza, fome, violências, degradação dos serviços de saúde, habitação, saneamento, educação, etc”. No livro *Coronavírus O trabalho sob o fogo cruzado*, Ricardo Antunes (2020) afirma implicar socialmente.

[...] ainda mais o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização, de subemprego e desemprego. Isso porque esses contingentes encontram-se frequentemente desprovidos de fato de direitos sociais do trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 22).

Mészáros (2002) já nos alertava sobre o fenômeno da crise estrutural do capital ser irreversível, cumulativa, endêmica, permanente e crônica, defendendo, portanto, que a única solução para humanidade é a superação do conjunto de contradições que afeta o sistema do capital como um todo: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção e destruição; capital e trabalho vivo; expansão do emprego e geração do desemprego; produção e destruição ambiental. Baseado em Marx, Mészáros (2002) demonstra que a tendência do capital se caracteriza na intensificação e não na diminuição dos antagonismos existentes, declarando, por esta via, ser inconcebível qualquer reforma ou melhoria dessas contradições, pois não há alternativa ao modo de controle do metabolismo social do Capital.

Como resultado a crise em que vivemos hoje não está confinada à esfera sócio-econômica, mas revela-se como uma verdadeira crise de dominação geral, estendendo-se a todas as esferas da atividade humana e a educação não conseguiria ficar isenta, já que na sociedade capitalista ela é uma mercadoria.

O problema da mercantilização do ensino em suas premissas, implicações e expressões fundamentais atrela-se às necessidades reprodutivas do capital, particularmente, no quadro da crise estrutural do sistema, conforme Mészáros (1995), assume proporções inéditas na história, em termos de profundidade e abrangência, evidenciada, acima de tudo, pela queda da taxa de lucros. Para fazer frente a esta situação de crise, vigente há aproximadamente quatro décadas, o sistema vem impondo um formidável processo de reestruturação, com vistas à recuperação da lucratividade e, no limite, para continuar reproduzindo-se, permitindo a acumulação privada, que é seu fim último (JIMENEZ, 2010. pp. 15-16).

Compreendemos que a atual crise do capital produz uma desigualdade nunca antes vista, que, na medida em que intensificada na esfera política, ideológica e educacional, uma forte regressão de direitos que se detiveram socialmente. Assim como a sociedade e o trabalho encontram-se em crise, também se encontra a educação, posto que, de forma incisiva, se sublinha a mercantilização da educação pública e eventualmente, a precarização do ensino. Conforme elucida Tonet (2003), essa crise se reflete na educação:

Das mais variadas formas, mas, sinteticamente, em primeiro lugar, revelando a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais; constatando que [...] as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade; em segundo lugar, levando à busca, em todos os aspectos, de alternativas para esta situação. Em terceiro lugar, imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil (TONET, 2003, p. 05).

Conforme Mendes Segundo (2005) devido à condição do Brasil, considerado país periférico, estar atrelada financeiramente às exigências de organismos internacionais, se submete a mínima atuação do Estado na área social e ao bombardeio ideológico evidente, adequando à lógica de sociabilidade sob coordenação do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros bancos multilaterais.

Com efeito da pandemia, o sistema educacional brasileiro sob incertezas e lacunas, se deteve numa repercussão sobre o rumo da educação. Em consequência de decretos legais, foi anunciado a interrupção das aulas presenciais, professores saíram da sala de aula para o home-office. Como resultado, a expansão, agora oficializada do que já era conhecido por educação a distância (EAD), já anterior pandemia. O ensino fora do chão da escola se evidencia contraditório à proporção que dialoga com a precarização e alienação no trabalho docente, e o desvaloriza conforme se dispõe a mobilidade operacional.

A desvalorização docente, nas precárias condições de trabalho e baixos salários, e a segregação e inferiorização, intelectual, cultural, moral e humana dos filhos da classe trabalhadora, ao nosso entendimento, evidencia que a ideia de uma sociedade onde o acesso ao saber está ao alcance de todos, é ilusória e aparente. Nessa conjunção, Tonet (2009, p. 12) expõe a que “educação é subordinada aos imperativos da reprodução do capital, e uma vez que ele é a matriz da desigualdade social, seria totalmente absurdo esperar que ele pudesse proporcionar a todos uma igualdade de acesso a ela”.

A Educação que deveria ser um direito de todos, passa a ser um privilégio de alguns, excludente no que diz respeito à lógica de concentração de capital. As crianças, sobretudo filhas da classe trabalhadora, encontraram uma série de problemas relacionados diretamente ao distanciamento escolar. Além da realidade de manter a alimentação longe da escola, em suas

casas, as mínimas condições para o acesso remoto não são asseguradas. Famílias de crianças da Rede Pública na maioria das vezes sequer dispõem de internet wifi de qualidade, tampouco dispõem de computadores, tablets ou outros dispositivos para acessar as atividades remotas online. Certamente, entre as famílias existem realidades de isolamento bem diversas, mas um ponto semelhante às conecta, a necessidade financeira. Enquanto no Brasil parte dos trabalhadores se declina ao home office, outros muitos para lidar com o desemprego em massa, quebram o isolamento e se expõe a contaminação para garantir sua renda mensal, se ausentando de estar presente para ajudar os filhos. Essas questões evidenciam a lógica do Capital de oferecer a classe trabalhadora um ensino precarizado e esvaziado de conteúdo.

As dificuldades também se estendem aos professores que tem usado seus próprios recursos para desenvolver suas atividades pedagógicas. Diante da necessidade de continuar as atividades, recursos tecnológicos como: computadores, notebooks, tablets e smartphones. Além desses instrumentos físicos, o acesso a internet e o domínio de ferramentas e programas também são demandas emergentes dos educadores que antes ocupavam-se no seu ofício de forma presencial. Com uso, majoritário, de recursos concretos e que já eram de uso habitual. Estes fatos nos fazem questionar sobre a precarização do trabalho docente que se intensificou diante desse cenário de pandemia.

O Ensino Remoto na Rede de Ensino Municipal de Fortaleza durante a Pandemia do Covid-19.

Iniciamos nossa pesquisa sobre o ensino na Rede Municipal de Fortaleza buscando conhecer alguns documentos legais que norteiam a educação no município, de acordo com dados coletados no site da própria Prefeitura de Fortaleza, os trabalhos desenvolvidos tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica ofertada a crianças, jovens e adultos. Dentro desses objetivos podemos observar metas globais, que provêm dos acordos e políticas internacionais. Dentre os objetivos podemos citar: “índices de alfabetizar 100% das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal; elevar para 7.0 o IDEB nos anos iniciais da rede pública municipal até 2025; elevar para 6.0 o IDEB nos anos finais na rede pública municipal até 2025”.

Com tantos objetivos educacionais e prazos estabelecidos, a necessidade de formação e capacitação do profissional da educação se faz obrigatória tanto para alcançar tais metas, como para manter e melhorar a qualidade do ensino na rede pública da cidade. Buscando

colaborar com a formação dos professores a Secretaria Municipal de Educação (SME) promove mensalmente uma formação em serviço.

Essa organização da Rede Municipal de Ensino apresentou-se muito funcional até março de 2020 quando por necessidades de saúde devido ao coronavírus decretou-se que o ensino passaria de presencial a modalidade à distância. A princípio esse ensino remoto seria por poucos dias, mas com a intensificação do quadro de casos da doença aumentando em todo o Estado do Ceará existiu a necessidade de se prorrogar esse prazo, que de dias virou meses de um ensino remoto que teve que ser repensado para conseguir alcançar os alunos e também a atividade docente.

Além das atividades em sala de aula terem sofrido modificações as formações de professores que aconteciam mensalmente na Rede Municipal, foram adiadas o que dificultou o acesso de muitos professores a uma formação sobre como usar as ferramentas digitais, pois muitos docentes não tinham conhecimento nem prática com as tecnologias e tiveram que aprender de forma urgente para atender a demanda das atividades remotas. Ressaltamos que as formações de professores foram retomadas no mês de setembro de 2020, em formato online.

Tentamos apresentar essas mudanças na rotina escolar e didática dos docentes e discentes através da fala da nossa professora pesquisada. Ela nos concedeu uma entrevista respondendo a diversas perguntas para que juntamente com os documentos oficiais expedidos pela SME conseguíssemos traçar um panorama geral de como está ocorrendo essas atividades à distância na Rede Municipal de Fortaleza.

A professora pesquisada pertence ao quadro de professores efetivos da Rede Municipal, lotada numa escola na periferia de Fortaleza que atende a famílias de baixa renda de vários bairros ao redor da escola.

Esse ano de 2020 a professora está ensinando uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental com 33 alunos matriculados, os quais ela denomina de “33 universos”, pois ela disse que: “essa nova forma de ensino desvelou os universos familiares e sociais de cada aluno da turma”.

Revelamos um pouco sobre a formação acadêmica da professora para mostrarmos que a Rede Pública tem profissionais capacitados. Ela tem graduação em pedagogia, é mestre em educação e está cursando doutorado em formação de professores.

Uma das primeiras perguntas realizada na entrevista foi: o que mudou na rotina pedagógica desde o início das atividades remotas? A resposta foi que a rotina dela mudou muito com a Pandemia e as atividades a distância. “Criei uma rotina de home-office, passei a atender (postar as atividades/ conversar/tirar dúvidas/ acolher) as famílias via WhatsApp (tive que

comprar um outro chip para atender a demanda dos alunos e famílias). Fico a disposição (postagens/dúvidas) das 7 horas às 11 horas que é meu horário de trabalho de segunda a sexta. Nesse período eu também planejo as aulas, preencho o diário com as atividades diárias, participo das reuniões virtuais da escola e das formações”.

Questionamos quais atividades a professora conseguiu trazer da modalidade presencial para as atividades remotas? Ela primeiramente destacou que o grupo de professores do 3º ano de sua escola decidiram focar nas disciplinas de português e matemática, por compreenderem que nas duas temáticas os alunos apresentam maiores dificuldades e precisam melhor se desenvolver. Depois disse que elas estão usando os livros didáticos do Programa PNLD, que os alunos têm em casa, “não enviamos atividades para imprimir, pois sabemos das dificuldades que as famílias têm de acesso às tecnologias”. Analisamos quais assuntos e atividades iremos enviar, pois sabemos que muitos discentes têm dificuldade em ler e compreender sem intervenção dos professores”.

A profissional ressaltou que nesse período a prática pedagógica “requer um olhar ainda mais sensível dos professores sobre as atividades. Tem assuntos e atividades que não enviamos por que sabemos o grau de complexidade. Exemplo: não trabalhei com os alunos esse ano, acentuação, pois é um tema que requer muita prática e explicações, atividades de oralidade e escrita, que exige a presença e intervenção direta do professor!”.

Sobre a temática de acompanhamento pedagógico a professora nos relatou que tem sido uma experiência diferente acompanhar sua turma de forma remota. “Prefiro o contato presencial com as crianças, mas tenho tentado acolher esse momento e aprender a enxergar a educação e meus alunos com um olhar cuidadoso e atento, como resaltei são 33 universos com suas questões sociais e familiares”. Tratamos também sobre o acompanhamento e relacionamento com as famílias dos alunos nesse período, pois os celulares usados para se comunicarem via *WhatsApp* são na maioria dos pais ou familiares dos alunos. A docente relatou ter um bom relacionamento com os familiares. “Tento ter empatia com eles, pois sei que muitos perderam os empregos e enfrentam dificuldades, mas também tento passar a responsabilidade que eles devem ter com as atividades e os estudos dos filhos”.

Sobre alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem a professora revelou que tem matriculado na turma dois alunos diagnosticados com autismo e que tem incluído eles nas atividades planejadas. “Explico para as mães o que elas podem está fazendo com eles as atividades adaptando as atividades ao que eles já conseguem realizar”. A professora ressalta que mantém contato “mais pra saber como eles estão, pois nesse período de isolamento eles

ficaram sem atendimentos nas instituições de acompanhamento (sem terapia) o que complica o quadro de saúde e de aprendizagem deles”.

Encaramos também a temática das avaliações e como estão acontecendo nesse período. Oficialmente a SME emitiu orientações para a realização das avaliações e registros de desempenho respaldando sobre como as avaliações escolares devem acontecer nesse período. O documento cita o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 11/2020 que orienta:

Realizar uma avaliação diagnóstica de cada criança por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e construir um programa de recuperação, caso necessário, para que todas as crianças possam desenvolver, de forma plena, o que é esperado de cada uma ao fim de seu respectivo ano letivo. (SME, 2020, p. 7).

Conforme o documento os critérios e mecanismos de avaliação serão definidos pela Rede de Ensino que propôs várias formas de avaliações: atividades realizadas de forma remota, diário de estudo, participação, pesquisas e trabalhos, trabalho dirigido (TD), portfólio, observação e registro, autoavaliação, relatórios, provas ou testes, ficando a critério dos professores quais instrumentos utilizar. A respeito da temática de avaliação a docente encara que nesse período de atividades remotas, “avaliei a participação, o interesse, a procura e as postagens que eles fazem de devolutiva das atividades, mas claro não posso esquecer dos que não estão tendo acesso, então a avaliação tem que ser usada com cuidado nesse período para não prejudicar quem já está em prejuízo por sua condição social e por falta de acesso adequado às atividades”.

Seguindo o caminho da pesquisa chegamos ao ponto sobre o acesso adequado às atividades remotas. Questionamos a professora quais estratégias são usadas para incluir os alunos com pouco ou nenhum acesso à internet ou a celular? E como a instituição está resolvendo o repasse das aulas e materiais? A professora nos informou que a coordenação escolar fica mais à frente desses casos, tentando contato via telefone ou pessoalmente quando as famílias vão buscar a cesta básica entregue mensalmente a cada aluno matriculado. E que no caso do não acesso a internet ou não ter celular para participar do grupo das atividades, a coordenadora imprime a agenda do mês com as atividades que são nos livros didáticos para que as famílias busquem lá na escola e assim os alunos realizem as atividades mesmo não estando conectados.

Sobre a questão de ajuda financeira da Prefeitura para alunos e professores custear os materiais necessários às atividades remotas como: chips, celulares, internet, até o momento da entrevista não tinha nenhum Programa para esse tipo de ajuda. Todos os recursos são

custeados pelos professores e alunos. O que a Prefeitura tem realizado desde o início do isolamento é a entrega mensal de cesta básica para os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Fortaleza, tentando assim garantir a alimentação desses alunos que antes era realizada na escola através da merenda escolar.

Nosso percurso de pesquisa nos levou a questionar sobre como a docente tem lidado com a questão emocional que envolve todo esse momento de mudança profissional que reflete também na vida pessoal. A professora disse que “tem sido um período complicado de muitas mudanças e adaptações à outra rotina, tenho sentido muito essa distância dos alunos, tenho me questionado se eles têm conseguido aprender”. Levantamos também o questionamento sobre a sobrecarga de trabalho e ela nos disse que tem sentido esse aumento nas atividades “quando saímos para o local de trabalho (os “afazeres”) ficam para trás, para quando voltamos, mas estando em home-office, se não tiver cuidado tudo se mistura”.

A professora nos relatou que de aprendizado desse período de isolamento e de atividades remotas conclui que a escola, o ensino presencial a interação entre alunos e professores são indispensáveis para a formação da classe trabalhadora e qualitativamente superior que o ensino a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos que o ensino remoto foi um momento necessário para preservar vidas em meio a Pandemia Covid-19, mas que precisamos retomar o ensino presencial assim que possível, com todos os cuidados e segurança a saúde, mas precisamos voltar para garantir uma educação pública, gratuita, de qualidade e de acesso a todos, principalmente dos filhos da classe trabalhadora.

Para alcançar a educação que desejamos temos que superar radicalmente o sistema do Capital. Conforme Feitosa (2012) apenas é possível uma educação realmente humanizada em uma sociedade também radicalmente humanizada. Portanto, nos marcos do Capital em crise profunda jamais será possível uma educação verdadeiramente plena, que eduque para a humanidade. Resta-nos, como indica Mészáros (2003), optar entre o socialismo ou a barbárie.

Referências

ANTUNES, R. Coronavírus: **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544/2020**. Brasil: Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356/2020**. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11/2020**. Brasília: Ministério da Educação, 7 jul. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192>.

CEARÁ. Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Ceará, 16 mar. 2020. Série 3, Ano XII nº 053, Caderno ¼. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>

FORTALEZA. **Parecer CME nº 086/2020**. Fortaleza: Conselho Municipal de Educação, 2020. Disponível em: <<http://cme.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/e>>.

FORTALEZA. **Resolução CME nº 22/2020**. Fortaleza: Conselho Municipal de Educação, 2020. Disponível em: <<http://cme.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/e>>.

JIMENEZ, Susana. A política educacional brasileira e o plano de desenvolvimento da Educação (PDE): uma crítica para além do concerto democrático. In: JIMENEZ, S. ; RABELO, J. ; MENDES SEGUNDO M^a. (Org.). **Marxismo, educação e lutas de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos**. Fortaleza: EdUECE, 2010. p. 15-32.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica do Brasil: Fundef no centro do debate**. Fortaleza- Ce, 2005. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Ceará- UFC.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. **Educação e ontologia marxiana**. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, n. 41e, p. 135-145, 2009.

_____. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. A Educação Numa Encruzilhada. IN: **Trabalho, sociabilidade e educação - uma crítica à ordem do capital**. MENEZES, Ana M. D. e FIGUEIREDO, Fábio F. (orgs). Fortaleza: UFC, 2003, p. 201-219. IN: **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.